

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhado das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Cidade de Deus, 15 de fevereiro de 2012.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil					
ATIVO	2011	2010	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2011	2010
CIRCULANTE	293.973	75.294	CIRCULANTE	1.526	6.371
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	19	11	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 14c)	926	5.922
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7)	291.692	74.224	Dividendos a Pagar (Nota 9d)	490	382
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14b)	1.970	826	Outras Obrigações	110	67
Dividendos a Receber (Nota 13a)	292	233			
NÃO CIRCULANTE	173.791	346.232	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	466.238	415.155
Realizável a Longo Prazo	38	202.926	Capital Social:		
Empréstimos e Adiantamentos a Instituições de Crédito (Nota 6)	-	202.903	- De Domiciliados no País	120.628	120.628
Créditos Tributários	38	23	Reservas de Capital (Nota 9b)	183.517	183.517
Investimentos (Nota 8)	173.753	143.306	Reservas de Lucros (Nota 9c)	162.093	111.010
TOTAL	467.764	421.526	TOTAL	467.764	421.526

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil						
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Eventos	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Lucros Acumulados	Totais
	2011	2010				Legal	Estatutária		
RECEITAS OPERACIONAIS	62.574	48.510	Saldos em 31.12.2009	120.628	183.517	3.593	67.577	-	375.315
Receitas Financeiras (Nota 10)	31.835	23.945	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	40.222	40.222
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8a)	30.739	24.565	Destinações: - Reservas	-	-	2.011	37.829	(39.840)	-
			- Dividendos Propostos (R\$ 1,19 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(382)	(382)
DESPESAS OPERACIONAIS	304	464	Saldos em 31.12.2010	120.628	183.517	5.604	105.406	-	415.155
Despesas Tributárias	1	1	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	51.573	51.573
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11)	213	396	Destinações: - Reservas	-	-	2.578	48.505	(51.083)	-
Despesas Financeiras (Nota 12)	90	67	- Dividendos Propostos (R\$ 1,52 por lote de mil ações)	-	-	-	-	(490)	(490)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	62.270	48.046	Saldos em 31.12.2011	120.628	183.517	8.182	153.911	-	466.238
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14a)	(10.697)	(7.824)							
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	51.573	40.222							
Número de ações	321.379.517	321.379.517							
Lucro Líquido básico e diluído por lote de mil ações em R\$	160,47	125,15							

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (PELO MÉTODO INDIRETO) - Em Reais mil			DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil				
	Exercícios findos em 31 de dezembro		Exercícios findos em 31 de dezembro				
	2011	2010	2011	%	2010	%	
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:			GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	62.270	48.046	1 - RECEITAS	-	-	-	-
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(30.739)	(24.477)	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(175)	(0,3)	(361)	(0,7)
Resultado de Participações em Controlada	(30.739)	(24.565)	2.1) Serviços de Terceiros	(175)	(0,3)	(101)	(0,2)
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas	-	66	2.2) Outros	-	-	(260)	(0,5)
Outros	-	22	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(175)	(0,3)	(361)	(0,7)
Lucro Líquido Ajustado	31.531	23.569	4 - RETENÇÕES	-	-	-	-
Aumento/(Redução) em Ativos Financeiros para Negociação/Empréstimos e Adiantamentos ..	(14.565)	(56.919)	5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(175)	(0,3)	(361)	(0,7)
(Aumento)/(Redução) em Outras Obrigações	43	(14)	6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO				
Tributos a Compensar e Créditos Tributários	(1.159)	-	EM TRANSFERÊNCIA	62.574	100,3	48.510	100,7
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(15.693)	(6.333)	6.1) Resultado de Equivalência Patrimonial	30.739	49,3	24.565	51,0
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	157	(39.697)	6.2) Receitas Financeiras	31.835	51,0	23.945	49,7
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	62.399	100,0	48.149	100,0
Dividendos Recebidos	233	39.994	8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	62.399	100,0	48.149	100,0
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimentos	233	39.994	8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	10.736	17,2	7.860	16,4
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			Federais	10.735	17,2	7.859	16,4
Dividendos Pagos	(382)	(296)	Estaduais	1	-	1	-
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamentos	(382)	(296)	8.2) Remuneração de Capitais de Terceiros e Outros ..	90	0,1	67	0,1
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	8	1	8.3) Remuneração de Capitais Próprios	51.573	82,7	40.222	83,5
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	11	10	Dividendos	490	0,8	382	0,8
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	19	11	Lucros Retidos	51.083	81,9	39.840	82,7
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	8	1					

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

1) INFORMAÇÕES GERAIS

A Andorra Holdings S.A. é uma sociedade que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Andorra Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2012.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável. A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. A Companhia não apresenta demonstrações contábeis consolidadas conforme previsto no CPC 36, item 10.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio de resultado, no reconhecimento inicial; disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

I - Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo no reconhecimento inicial.

II - Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociar no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

As receitas e despesas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas nas contas de "Receitas Financeiras".

b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez. Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que a Companhia não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda são registrados como empréstimos e adiantamentos à instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

Juros sobre empréstimos e recebíveis são incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possuía empréstimos e recebíveis.

2.5) Passivos Financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros mantidos para negociação.

I - Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

II - Passivos financeiros para negociação

Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de venda ou recompra no curto prazo, ou que mantêm como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação".

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía passivos financeiros mantidos para negociação.

b) Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

2.7) Investimento em Controladas

São investimentos como controladas as entidades as quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedade controlada são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações contábeis a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

1- Ágio (Goodwill)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controlada.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controlada é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia em cada data das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda por redução ao valor recuperável é revertida da demonstração do resultado.

2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

continua...



Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 122 • Número 39
São Paulo, quarta-feira, 29 de fevereiro de 2012

Imprensa Oficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
ALVORADA CARTOES, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO SA.....	2
ANDORRA HOLDINGS S.A.....	9
BANCO BANKPAR S.A.....	5

Volume 122 • Número 39

São Paulo, quarta-feira, 29 de fevereiro de 2012

Página 10

Imprensa Oficial

...continuação

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de maneira *pró-rata*.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tenha sido reconhecida.

2.10) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.11) Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.12) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração, o tipo de transação.

Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participação preexistente em controlada, ganhos nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito em receber o pagamento é estabelecido. Os dividendos recebidos dessa controlada são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

2.13) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício.

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 30.739 (2010 - R\$ 24.565).

b) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido	Quantidade de cotas possuídas	Participação no capital social - %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação	
	Ajustado	Ajustado	(em milhares)		2011	2010	2011	2010
Veneza Empreendimentos e Participações S.A.	109.757	30.739	76.866	100,0	109.757	79.310	30.739	24.565
Ágio - Veneza Empreendimentos e Participações S.A. (1).....	-	-	-	-	63.996	63.996	-	-
Total					173.753	143.306	30.739	24.565

(1) O ágio está fundamentado na diferença entre o valor de mercado de ativos e o respectivo valor contábil, quando da aquisição da Companhia, em 10 de agosto de 2007.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Ordinárias.....	321.379.517	321.379.517
Total	321.379.517	321.379.517

b) Reservas de Capital

A reserva de capital é composta principalmente por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao capital social; e (v) pagamento de dividendo às ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c) Reservas de Lucros

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Reservas de lucros.....	162.093	111.010
Reserva legal (1)	8.182	5.604
Reserva estatutária (2)	153.911	105.406

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2011 e 2010 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2011	% (1)	2010	% (1)
Lucro Líquido do Exercício	51.573		40.222	
Reserva Legal	(2.578)		(2.011)	
Base de Cálculo	48.995		38.211	
Dividendos complementares/provisionados	490		382	
Total dos Dividendos	490	1,0	382	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

10) RECEITAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	8.075	5.931
Rendimento de Operações Compromissadas com Lastro em Debêntures	1.485	18.013
Rendimento de Aplicações em Letras Financeiras	22.273	-
Juros Ativos	2	1
Total	31.835	23.945

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Serviços de Terceiros	12	17
Editais e Publicações	163	84
Contribuição Sindical Patronal.....	38	35
Doações	-	260
Total	213	396

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Andorra Holdings S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Andorra Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, como parte integrante da Organização Bradesco, tem estrutura de gerenciamento de riscos que permite que estes sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração, quando necessário.

3.1. Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente ao seguinte item:

I - Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Determinados ativos, como investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	19	11
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	19	11

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

6) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Empréstimos e Adiantamentos a Instituições de Crédito no montante de R\$ 202.903, em 31.12.2010, refere-se a operações compromissadas com lastros em debêntures.

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Ativos Financeiros para Negociação no montante de R\$ 291.692 (2010 - R\$ 74.224), referem-se a aplicações em Fundos de Investimento no montante de R\$ 73.220 (2010 - R\$ 74.224) e Letras Financeiras, à taxa de 105% do CDI, com vencimento em 28/01/2013, montante de R\$ 218.472. Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros para negociação, enquadradas no nível 1.

12) DESPESAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Juros Passivos.....	90	67
Total	90	67

13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e as transações estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Banco Bradesco S.A.	19	-	11	-
Empréstimos e Adiantamentos a Instituições de Crédito:				
Banco Bradesco S.A.	-	1.485	202.903	18.013
Ativos Financeiros para Negociação:				
Banco Bradesco S.A.	218.472	22.273	-	-
Dividendos a Receber:				
Veneza Empreendimentos e Participações S.A.	292	-	233	-
Dividendos a Pagar:				
Miramar Holdings Ltda.	(225)	-	(176)	-
Bradesplan Participações Ltda.	(265)	-	(206)	-

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social).....	62.270	48.046
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(21.171)	(16.336)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	10.450	8.352
Despesas e provisões indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis	-	(54)
Benefícios fiscais.....	24	214
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(10.697)	(7.624)

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 1.970 (2010 - R\$ 826) referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

c) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 926 (2010 - R\$ 5.922), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 680 (2010 - R\$ 5.713), e Contribuição Social de R\$ 246 (2010 - R\$ 209).

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Não houve componentes de outros resultados abrangentes e por esta razão não está sendo apresentada a Demonstração do Resultado Abrangente.

b) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

c) A empresa, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

A DIRETORIA

Jorge Andrade Costa – Contador – CRC 1SP159543/O-0

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andorra Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de janeiro de 2011, que não conteve qualquer modificação.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2012



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP 160769/O-0

André Dala Pola
Contador CRC 1SP 214007/O-2

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Cidade de Deus, Oassico, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2011, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, 15 de fevereiro de 2012.

Diretoria



BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Reais mil				
ATIVO	2011	2010		
CIRCULANTE	293.973	75.294	CIRCULANTE	1.526
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	19	11	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 14c).....	926
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7).....	291.692	74.224	Dividendos a Pagar (Nota 9d).....	480
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14b).....	1.970	826	Outras Obrigações.....	110
Dividendos a Receber (Nota 13a).....	292	233		
NÃO CIRCULANTE	173.791	346.232	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	466.238
Realizável a Longo Prazo.....	38	202.926	Capital Social.....	
Empréstimos e Adiantamentos a Instituições de Crédito (Nota 8).....	-	202.903	- De Domiciliados no País.....	120.628
Créditos Tributários.....	36	23	Reservas de Capital (Nota 9b).....	183.517
Investimentos (Nota 8).....	173.753	143.306	Reservas de Lucros (Nota 9c).....	162.093
TOTAL	467.764	421.526	TOTAL	467.764

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil				
Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital Social		Reservas de Lucros
2011	2010	2011	2010	2011
RECEITAS OPERACIONAIS	62.574	48.510	RECEITAS OPERACIONAIS	6.371
Receitas Financeiras (Nota 10).....	31.835	23.945	Receitas Operacionais.....	5.922
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8a).....	30.739	24.565	Dividendos.....	352
DESPESAS OPERACIONAIS	304	464	DESPESAS OPERACIONAIS	67
Despesas Tributárias.....	1	1	Despesas Tributárias.....	
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11).....	213	396	Despesas Gerais e Administrativas (Nota 11).....	
Despesas Financeiras (Nota 12).....	90	67	Despesas Financeiras (Nota 12).....	
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	62.270	48.046	RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	(39.840)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14a).....	(10.697)	(7.824)	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14a).....	(382)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	51.573	40.222	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(490)
Número de ações.....	321.379.517	321.379.517	Número de ações.....	
Lucro Líquido básico e diluído por lote de mil ações em R\$.....	160,47	125,15	Lucro Líquido básico e diluído por lote de mil ações em R\$.....	

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (PELO MÉTODO INDIRETO) - Em Reais mil				
Exercícios findos em 31 de dezembro		Capital Social		Reservas de Lucros
2011	2010	2011	2010	2011
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	62.270	48.046	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	40.222
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	(30.739)	(24.477)	Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.....	40.222
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	(30.739)	(24.565)	Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos.....	
Resultado de Participações em Controlada.....	-	56	Resultado de Participações em Controlada.....	
Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas.....	-	56	Juros, Variações Monetárias e Cambiais Líquidas.....	
Outros.....	-	56	Outros.....	
Lucro Líquido Ajustado	31.531	23.569	Lucro Líquido Ajustado	40.222
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação/Empréstimos e Adiantamentos.....	(14.565)	(56.919)	(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros para Negociação/Empréstimos e Adiantamentos.....	
(Aumento)/Redução em Outras Obrigações.....	43	(14)	(Aumento)/Redução em Outras Obrigações.....	
Tributos a Compensar e Créditos Tributários.....	(1.159)	(14)	Tributos a Compensar e Créditos Tributários.....	
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	(15.693)	(8.333)	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos.....	
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais.....	157	(39.697)	Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais.....	40.222
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:	233	39.994	Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:	160,47
Dividendos Recebidos.....	233	39.994	Dividendos Recebidos.....	
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimentos.....	233	39.994	Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Investimentos.....	160,47
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:	(382)	(296)	Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:	16,4
Dividendos Pagos.....	(382)	(296)	Dividendos Pagos.....	
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamentos.....	(382)	(296)	Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamentos.....	16,4
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	8	11	Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	16,4
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	19	10	Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período.....	
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	19	11	Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período.....	
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	8	11	Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa.....	16,4

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

1) INFORMAÇÕES GERAIS

A Andorra Holdings S.A. é uma sociedade que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Andorra Holdings S.A. é parte integrante da Organização Brasileira, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2012.

2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

A Companhia não apresenta demonstrações contábeis consolidadas conforme previsto no CPC 36, Item 10.

2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

2.4) Ativos Financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio de resultado, no reconhecimento inicial, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado
i - Designados no reconhecimento inicial
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo no reconhecimento inicial.

ii - Ativos financeiros para negociação
Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociar no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

As receitas e despesas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas nas contas de "Receitas Financeiras".

b) Ativos financeiros disponíveis para venda
Investimentos designados para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido menos os resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento
Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia não possuía empréstimos e recebíveis.

2.5) Passivos Financeiros
A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

a) Mensurados a valor justo por meio do resultado
São registrados e avaliados subsequentemente a valor justo com respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros mantidos para negociação.

i - Designados no reconhecimento inicial
Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

ii - Passivos financeiros para negociação
Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de vender ou receber no curto prazo, ou que mantêm como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

O ativo é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ativo atribuído e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ativo relativo à entidade vendida.

2.8) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros
a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado
Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoque um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda
A Companhia avalia em cada data das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda por redução ao valor recuperável é revertida na demonstração do resultado.

2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativos e passivos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado anualmente.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em valor e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gere entrada de caixa ou fluxo contínuo que não em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ativo, o montante do ativo ajustado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor valor no qual o ativo é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o CPC 22.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos desta UGC (ou grupo de UGC) de maneira pró-rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a uma perda é revertida. Quando a outros ativos, as perdas de valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tenha sido reconhecida.

2.10) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

a) Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabiam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas.

b) Provisões são contingências levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a Companhia em reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes.

c) Passivos Contingentes são utilizados para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

d) Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.11) Patrimônio Líquido
a) Lucro por ação
A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico e diluído. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pelo número ponderado das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria. Não há diferenças entre o lucro básico e diluído, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

b) Dividendos a pagar
A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.12) Reconhecimento da Receita
A receita prevista pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.
A Companhia reconhece a receita quando o valor justo puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em dados observáveis, levando em consideração, o tipo de transação.

Receitas Financeiras
As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receita de dividendos (exceto para os dividendos recebidos de investidas avaliadas por equivalência patrimonial), ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos na reavaliação a valor justo de participações preexistentes em controladas, ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado e realocificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito em receber o pagamento é estabelecido. Os dividendos recebidos dessas entidades são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.

2.13) Imposto de Renda e Contribuição Social
A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 3%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram contabilizados provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício. De acordo com a Lei nº 11.941/09, as despesas no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não estão efetos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Participação - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS
A Companhia, como parte integrante da Organização Brasileira, tem estrutura de gerenciamento de riscos que permite que estes sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração, quando necessário.

3.1) Valor justo de ativos e passivos financeiros
A Companhia utiliza métodos para determinar o valor justo de ativos e passivos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1
Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

Nível 2
Outros observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos; ou dados de mercado que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a custos de atendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

Nível 3
Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da Administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS
Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

continua

continuação

Andorra Holdings S.A.

CNPJ 08.503.501/0001-00
Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente ao seguinte item:

1- **Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**
Determinados ativos, como investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (impairment). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação de que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Disponibilidades em moeda nacional (1).....
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa.....

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 30.739 (2010 - R\$ 24.565).

b) A composição dos investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Em 31 de dezembro		Participação no capital social - %	Investimentos		Ajuste decorrente de avaliação	
	2011	2010		2011	2010	2011	2010
Venezia Empreendimentos e Participações S.A.	109.757	30.739	100,0	109.757	79.310	30.739	24.565
Agio - Venezia Empreendimentos e Participações S.A. (1)	-	-	-	63.996	63.996	-	-
Total	109.757	30.739	-	173.753	143.306	30.739	24.565

(1) O ágio está fundamentado na diferença entre o valor de mercado de ativos e o respectivo valor contábil, quando da aquisição da Companhia, em 10 de agosto de 2007.

9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Ordinárias	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Total	321.379.517	321.379.517

b) Reservas de Capital

A reserva de capital é composta principalmente por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (ii) resgate, reembolso ou compra de ações; (iii) resgate de partes beneficiárias; (iv) incorporação ao capital social; e (v) pagamento de dividendo às ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

c) Reservas de Lucros

Reservas de lucros	Em 31 de dezembro	
	2011	2010

Reserva legal (1)..... 6.182 5.604

Reserva estatutária (2)..... 153.911 105.406

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

d) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2011 e 2010 estão demonstrados a seguir:

Lucro Líquido do Exercício	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Reserva Legal	6.182	5.604
Base de Cálculo	48.995	38.211
Dividendos complementares/provisionados	490	382
Total dos Dividendos	490	382
(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.	1,0	1,0

10) RECEITAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros	8.075	5.931
Rendimento de Operações Compromissadas com Lastro em Debêntures	1.485	18.013
Rendimento de Aplicações em Letras Financeiras	22.273	-
Juros Ativos	2	1
Total	31.835	23.945

11) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Serviços de Terceiros	12	17
Edições e Publicações	163	94
Contribuição Sindical Patronal	38	35
Doações	-	260
Total	213	396

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da

Andorra Holdings S.A.

Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Andorra Holdings S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação os auditores consideram os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

6) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTOS A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Empréstimos e Adiantamentos a Instituições de Crédito no montante de R\$ 202.903, em 31.12.2010, refere-se a operações compromissadas com lastros em debêntures.

7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Ativos Financeiros para Negociação no montante de R\$ 291.692 (2010 - R\$ 74.224), referem-se a aplicações em Fundos de Investimento no montante de R\$ 73.220 (2010 - R\$ 74.224) e Letras Financeiras, à taxa de 105% do CDI, com vencimento em 28/01/2013, montante de R\$ 218.472. Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros para negociação, enquadrados no nível 1.

12) DESPESAS FINANCEIRAS

Juros Passivos	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Total	90	67

13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, e as transações estão assim representadas:

Caixa e Equivalentes de Caixa:	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Banco Bradesco S.A.	19	11
Empréstimos e Adiantamentos a Instituições de Crédito:	-	-
Banco Bradesco S.A.	-	202.903
Ativos Financeiros para Negociação:	218.472	22.273
Banco Bradesco S.A.	-	-
Dividendos a Receber:	292	233
Venezia Empreendimentos e Participações S.A.	-	-
Dividendos a Pagar:	(225)	(176)
Miramar Holdings Ltda.	(265)	(206)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	Em 31 de dezembro	
	2011	2010
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	62.278	48.846
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:	(21.171)	(16.338)
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	-	-
Despesas e provisões indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis.....	10.450	8.352
Benefícios fiscais.....	-	(54)
Imposto de renda e contribuição social de exercício	24	214
Total	(10.697)	(7.284)

b) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 1.970 (2010 - R\$ 826) referem-se ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras.

c) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 926 (2010 - R\$ 5.922), referem-se a imposto de Renda de R\$ 680 (2010 - R\$ 5.713), e Contribuição Social de R\$ 246 (2010 - R\$ 209).

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Não houve componentes de outros resultados abrangentes e por esta razão não está sendo apresentada a Demonstração do Resultado Abrangente.

b) Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 não há processos com riscos fiscais, civis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

c) A empresa, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos.

A DIRETORIA

Jorge Andrade Costa – Contador – CRC 1SP159543/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinão

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Andorra Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado em 28 de janeiro de 2011, que não contém qualquer modificação.

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6Zenko Nakassato
Contador CRC 1SP 180769/O-0

São Paulo, 15 de fevereiro de 2012

André Dala Pola
Contador CRC 1SP 214007/O-2

UMA CIRURGIA DE SUCESSO?

Autoridades dizem que médicos retiraram 'totalmente' tumor de Hugo Chávez. Mas especialistas dão menos de dois anos de vida ao líder, aponta WikiLeaks.

As autoridades venezuelanas comemoram ontem a 'boa condição física' do presidente Hugo Chávez, após uma cirurgia para a retirada de um tumor na região pélvica, mas médicos russos e cubanos que o atenderam no ano passado não estão tão otimistas: eles estimam que o mandatário teria entre um e dois anos de vida.

Segundo e-mail da empresa de segurança Stratfor vazado pelo WikiLeaks, o tumor de Chávez teve início perto da próstata e se estendeu para o cólon. Citando "fontes médicas confiáveis", o documento alega que o câncer atingiu os nódulos linfáticos e a medula óssea. Os médicos cubanos, prossegue a mensagem, dão dois anos de vida ao presidente, enquanto a previsão dos russos, "devido a equipamentos médicos impróprios, é de menos de um ano".

No e-mail, há a alegação de que os russos culpam os cubanos por uma "cirurgia incorreta" na primeira tentativa de remoção do tumor, o que fez com que a segunda cirurgia fosse apenas para os russos "consertarem os erros da equipe cubana". Os russos dizem ainda que os cubanos não têm o tratamento por imagem correto a fim de cuidar de Chávez de modo adequado.

O documento também alega

que Chávez, de 57 anos, é um 'mau paciente', pois não escuta os médicos e interrompe o tratamento quando precisa fazer uma aparição pública.

Cirurgia - Em Cuba, Chávez passou por uma terceira cirurgia, na noite de segunda-feira, para a retirada de um novo tumor. Em junho passado, após a retirada de um abscesso, ele anunciou a detecção de um tumor, também extraído, em uma segunda cirurgia.

Segundo o vice-presidente venezuelano, Elías Jaua, a retirada total da lesão foi um sucesso e agora Chávez se recupera em um hospital de Havana.

"Foi realizada a extração total da lesão pélvica diagnosticada. Não houve complicações relacionadas com os órgãos locais. O pós-operatório imediato tem sido estável clinicamente sem complicações sistêmicas. Ele se recupera adequadamente", disse Jaua, acrescentando que o líder estava em contato direto com o governo em Caracas.

Jaua leu um comunicado dando detalhes sobre a cirurgia de Chávez diante da Assembleia Nacional, dizendo que o resultado foi "satisfatório".

Uma fonte médica próxima à equipe que o tratou em Caracas disse que a cirurgia durou 90 minutos. Nada ainda foi divulgado, no entanto, sobre a



natureza da "lesão".

O jornalista venezuelano Nelson Bocananda, o primeiro a divulgar, na semana passada, a notícia de que Chávez estava em Cuba, afirmou ontem em sua coluna de que um dos três oncologistas oferecidos a Chávez pelo ex-presidente Luiz Iná-

cio Lula da Silva e pela presidente Dilma Rousseff havia viajado para Havana.

Silêncio - Chávez voltou a Havana na semana passada para mais uma cirurgia, após reiteradas afirmações de que estava curado depois dos dois procedimentos realizados no

ano passado. Isso alimentou dúvidas com relação à sua capacidade de fazer campanha para a reeleição em outubro ou de governar, caso vença.

A oposição venezuelana criticou ontem o silêncio oficial em torno da saúde de Chávez.

"Este silêncio é uma coisa

completamente anômala, só comparável com o sucedido com a doença de Fidel Castro e com o que ocorria na União Soviética", porque "o segredo absoluto sobre a saúde dos chefes é um traço totalitário", disse o ex-candidato presidencial Teodoro

Petkoff à agência Efe. (Agências)